

EDUCAÇÃO, DEMOCRACIA E CONSERVADORISMO: UMA ANÁLISE CRÍTICO-REFLEXIVA DOS 60 ANOS DO GOLPE MILITAR NO BRASIL, SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA CRÍTICA FRANKFURTIANA

GESSIONE ALVES DA CUNHA

Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Goiânia, Goiás, Brasil

ESELAMARIS BRANT SCAREL

Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Goiânia, Goiás, Brasil

RESUMO: Este artigo de cunho bibliográfico realiza uma análise crítico-reflexiva sobre os 60 anos do Golpe Militar no Brasil, buscando examinar as interseções entre educação, democracia e autoritarismo, por intermédio do método dialético da Teoria Crítica frankfurtiana, que lança um olhar crítico sobre as estruturas sociais e políticas, bem como em torno do conservadorismo. Nesse sentido, objetiva destacar as visões tradicionais e institucionais, procurando compreender como as políticas educacionais foram impactadas pelas narrativas conservadoras do Regime autoritário, evidenciando contradições latentes na sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Democracia; Conservadorismo; Teoria Crítica Frankfurtiana.

INTRODUÇÃO

Nos últimos 60 anos, o Brasil tem sido palco de um intrincado enredo político, marcado por um golpe militar que reverberou em todas as esferas da sociedade. Nesse contexto, a educação emergiu como um espaço central de resistência, refletindo não apenas sobre os anseios democráticos, mas também acerca das contradições e extremismos existentes no Estado autoritário. Nesse tocante, entende-se que a Teoria Crítica frankfurtiana oferece importante lente analítica para desvelar as complexidades dessas relações entre educação, democracia e conservadorismo, cuja característica principal aqui discutida é o autoritarismo.

A concepção de democracia nesta análise é compreendida a partir do conceito adorniano de emancipação. Para Adorno (1995a), a educação é o caminho pelo qual se forma sujeitos autônomos que constituirão uma sociedade democrática. Com efeito, não haverá verdadeira e real democracia sem sujeitos emancipados. Os fatos ocorridos durante a Ditadura Militar brasileira se opõem frontalmente ao ideal democrático defendido pelo frankfurtiano. Assim, o alerta e a denúncia feitas por Adorno apresentam-se pertinentes para a análise do Golpe Militar e suas consequências para o país após 60 anos de seu acontecimento:

Numa democracia, quem defende ideais contrários à emancipação, e, portanto, contrários à decisão consciente independente de cada pessoa em particular, é antidemocrata, até mesmo se as ideias que correspondem a seus desígnios são difundidas no plano formal da

democracia. As tendências de apresentação de ideias exteriores que não se originam a partir da própria consciência emancipada, ou melhor, que se legitimam frente a essa consciência, permanecem sendo coletivistas-reacionárias (Adorno, 1995a, p. 142).

A análise das políticas educacionais implementadas durante o período ditatorial¹ revela a intrínseca relação entre educação e democracia no Brasil. Durante os anos de autoritarismo, as políticas educacionais foram utilizadas como instrumento de controle ideológico² e de manutenção do Regime, resultando em significativos impactos na estruturação e na perpetuação das desigualdades sociais e políticas no país.

Além disso, é fundamental que se apreenda os mecanismos ligados ao conservadorismo tanto na formulação como na implementação das políticas educacionais no Regime Militar. As ideologias conservadoras permearam o sistema educacional, contribuindo para a manutenção do autoritarismo e para a supressão de vozes dissidentes.

Conforme já apontado, mesmo em meio a um contexto de repressão, emergiram formas de resistência e de contradição dentro do sistema educacional. Essas manifestações de resistência evidenciaram o potencial da educação como instrumento de transformação social e política, capaz de desafiar as estruturas de poder e contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária.

Assim, salienta-se que, por meio desta análise crítica, busca-se não apenas compreender os cruzamentos entre educação, democracia e conservadorismo no Brasil, mas também destacar os desafios e as possibilidades para a construção de um futuro mais humanizante.

Trata-se de um exame relevante porque, reitera-se, busca apreender as dinâmicas existentes entre educação, democracia e autoritarismo, especialmente em um cenário histórico marcado pelo Golpe Militar no Brasil. Além disso, contribui para o debate atual sobre os desafios enfrentados pela democracia e pela educação em um contexto político caracterizado pelo conservadorismo.

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO REGIME MILITAR: IMPACTOS NA DEMOCRACIA BRASILEIRA

O Regime Militar que vigorou no Brasil entre os anos de 1964 e 1985 deixou um legado marcante em diversas dimensões da sociedade brasileira, dentre elas a política educacional. Sobre o golpe sofrido pela cambaleante democracia brasileira, Saviani (2008, p. 294) faz o seguinte comentário:

A articulação entre os empresários e os militares conduziu ao golpe civil-militar desencadeado em 31 de março e consumado em 1º de abril de 1964. Saíram vitoriosas, portanto, as forças socioeconômicas dominantes, o que implicou a adequação da ideologia política ao modelo econômico. Em consequência, o nacionalismo desenvolvimentista foi substituído pela doutrina da interdependência. Consumou-se, desse modo, uma ruptura política, considerada necessária para preservar a ordem socioeconômica,

pois se temia que a persistência dos grupos que então controlavam o poder político formal viesse a provocar uma ruptura no plano socioeconômico.

O golpe militar de 1964 instaurou um período de autoritarismo político no Brasil, caracterizado por uma série de medidas de cunho repressivo e de controle social. No âmbito educacional, o Regime Militar buscou impor uma visão alinhada aos interesses do Estado, utilizando a educação como veículo de doutrinação ideológica e de manutenção do *status quo*. O período de 1964 a 1974 foi especialmente marcado pelo ascenso do autoritarismo militar e, concomitantemente, pela consolidação de reformas institucionais, inclusive no campo educacional (Germano, 2000).

Com efeito, mediante tal controle ideológico sobre o sistema educacional, instituiu-se uma política de censura e de vigilância sobre o conteúdo dos materiais didáticos, bem como sobre as atividades realizadas no ambiente escolar. O objetivo primordial era o de disseminar uma narrativa oficializada que justificasse e glorificasse a atuação do Regime enquanto silenciava vozes dissidentes e críticas.

No aludido período, os anos de 1968 e 1971 foram bastante emblemáticos para a história da educação. Aconteceram nessas datas as reformas do Ensino Superior e do Ensino de Primeiro e Segundo Graus (Ensinos Primário e Médio), respectivamente. Tais reformas, como de praxe em regimes autoritários, não contaram com a participação da sociedade em suas decisões. Outrossim, caracterizaram-se pela centralização e pela uniformização do ensino, impondo limites à autonomia das instituições educacionais e dos educadores.

Em 1968, o Regime de exceção iniciou a reforma do Ensino Superior por intermédio da Lei n. 5.540 de 28 de novembro de 1968. Desta política, cabe ressaltar que ela, pela sua relevância e efeitos deletérios na educação, fixava normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. Apoiado pelo governo estadunidense, o Regime Militar empenhou-se em disciplinar a vida acadêmica por meio da coibição de protestos e da propalação da ideologia da hierarquia e da autoridade. Contudo, o ponto nevrálgico da reforma universitária concentrou-se na racionalização capitalista da Universidade pública. A lógica empresarial da Universidade abriu espaço para a discussão da privatização do ensino superior brasileiro (Germano, 2000). Assim, o Art. 168 da Carta Magna de 1967 previa: "Sempre que possível, o Poder Público substituirá o regime de gratuidade pelo de concessão de bolsas de estudo, exigido o posterior reembolso no caso de ensino de grau superior" (Brasil, 1967).

Para além do autoritarismo, a reforma do Ensino Superior desse período encontrava-se eivada da ideologia de cunho liberal. O viés reformista do Governo Militar plasmou-se na chamada "Teoria do Capital Humano". No tocante à Teoria do Capital Humano, Germano (2000) destaca que ela estabelece uma relação direta e imediata entre a educação e o mercado, dentro do contexto do modo de produção capitalista. Assim,

[...] o conceito de capital humano foi explicitamente desenvolvido a partir da década de 60 [1960] por economistas liberais – notadamente ingleses e norte-americanos – que se preocuparam em encontrar fórmulas que compatibilizassem educação e desenvolvimento econômico à distribuição de renda, sem

questionar as relações de produção capitalistas (Germano, 2000, p. 140).

Portanto, segundo Germano (2000), a política educacional ditatorial para a educação superior foi fundamentada em três princípios essenciais: controle político e ideológico total sobre a educação escolar, equiparação entre educação e produção capitalista, ligando a pesquisa à acumulação de capital e, por fim, falta de compromisso do Estado com o financiamento da educação pública e gratuita. Isso incentivou a privatização da educação, transformando-a em uma mercadoria lucrativa para o setor privado, subsidiada pelo setor público. Para o autor, “no Brasil pós-1964, [a educação] foi uma expressão da dominação³ burguesa⁴, viabilizada pela ação política dos militares” (Germano, 2000, p. 106).

Na mesma linha de raciocínio, Saviani (2008, p. 296) especifica como se deu, na educação, o impacto da ideologia do capital humano:

[Educação] como formação de recursos humanos para o desenvolvimento econômico dentro dos parâmetros da ordem capitalista; na função de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho atribuída ao primeiro grau de ensino; no papel do ensino médio de formar, mediante habilitações profissionais, a mão-de-obra técnica requerida pelo mercado de trabalho; na diversificação do ensino superior, introduzindo-se cursos de curta duração, voltados para o atendimento da demanda de profissionais qualificados; no destaque conferido à utilização dos meios de comunicação de massa e novas tecnologias como recursos pedagógicos; na valorização do planejamento como caminho para racionalização dos investimentos e aumento de sua produtividade; na proposta de criação de um amplo programa de alfabetização centrado nas ações das comunidades locais.

Já para Cunha (1986), a reforma do Ensino Superior iniciou-se após as manifestações contrárias ao Regime em 1968, tornando-se o remédio imposto pelo governo militar para contê-las. O sociólogo apresenta, ainda, as principais medidas tomadas pelo Regime ditatorial para a expansão do sistema de ensino superior, sempre a um custo mínimo: departamentalização, reunindo em um mesmo departamento disciplinas afins, assim, economizava-se professores, salas e materiais; regime de créditos (matrículas por disciplina), seguindo sempre a mesma lógica de contenção de gastos, aumento na produtividade dos recursos humanos e materiais; instituição de cursos básicos para sanar as vagas ociosas em cursos menos procurados; unificação do vestibular por região e ingresso por classificação; fragmentação das graduações (licenciaturas e cursos de duração mais curtos) e institucionalização da pós-graduação.

Diante disso, percebe-se que a mentalidade empresarial priorizou a economia de recursos ao invés de investir na educação pública e gratuita. Sob a influência da ideologia liberal, que encara a educação como uma mercadoria sujeita às leis do mercado, os investimentos foram reduzidos, comprometendo a qualidade do ensino. Segundo Cunha (1986), trata-se dos mecanismos empresariais de contenção. A prática

de expandir sem qualificar consistiu na marca mais lesiva à educação brasileira daquele período.

Por outro lado, apesar do aparelhamento do Regime Militar, do aumento da presença de militares nos quadros de governo das Universidades públicas e da adesão de intelectuais à ditadura, houve resistência no âmbito universitário. Os movimentos estudantis desempenharam um papel fundamental na resistência, constituindo-se como importantes espaços de articulação política e de contestação das políticas governamentais.

Se, por um lado, havia por parte de estudantes e professores interesse por uma reforma universitária, por outro lado, não seria nos moldes da que foi posta em marcha pelos militares, que acabou com a continuidade do que vinha sido constituído anteriormente. Em resposta, o Estado promoveu uma intensa repressão aos estudantes, com a utilização da violência física e psicológica e com a perseguição política como instrumentos de controle social. Germano (2000, p. 123) explica, a seguir, o que aconteceu naquele período ditatorial:

Na verdade, a reforma universitária de 1968 assimilou, em grande parte, a experiência acumulada no âmbito de instituições do próprio Estado, bem como as demandas estudantis. Mas a assimilação não significa continuidade no projeto anterior; na verdade, como vimos, ela representou a sua liquidação. A reforma incorporou a estrutura e tentou inviabilizar, a todo o custo, um projeto de universidade crítica e democrática ao reprimir e despolitizar o espaço acadêmico. Afinal, não se trata de um contexto de 'democracia populista', mas da implantação de um Estado de Segurança Nacional de cunho ditatorial.

Parte do professorado e da classe dos intelectuais aderiu às manifestações dos estudantes. Em que pese o florescimento cultural de contrapeso à repressão, houve um terrorismo cultural protagonizado pelo Regime Militar, o que produziu um rompimento das instâncias institucionais democráticas de comunicação, levando, assim, ao surgimento da resistência armada. Tal resistência constituiu-se em organizações políticas compostas, notadamente, por estudantes e intelectuais.

Uma vez encetada a reforma universitária, o Governo Militar voltou seus esforços para a reforma da Educação Básica. Por meio da Lei 5. 692, de 1971, fixou-se as diretrizes e bases para o ensino de 1º. e 2º. Graus. O governo impôs, assim, um currículo nacional homogeneizador, que não contemplava a diversidade cultural e regional do país, reformando, assim, o Ensino Primário e Médio brasileiros. Tal reformulação do sistema de ensino continha uma ideologia pragmática e utilitarista: preparar a força de trabalho para o sistema produtivo. Subjazia à lógica a ideia de que a Educação Básica não deveria ser propedêutica, mas sim finalística, já que os filhos da classe trabalhadora não estavam destinados, em sua maioria, ao acesso à Universidade.

De acordo com os registros de Germano (2000), a reforma do ensino de primeiro grau embasou-se em dois eixos: ampliação da escolaridade obrigatória (de quatro para oito anos), abarcando as faixas etárias de 7 a 14 anos, e a generalização do ensino profissionalizante. Em relação às motivações de fundo para essa reforma, Germano (2000, p. 166) expõe o seguinte:

A ampliação da escolaridade obrigatória – determinada pela Constituição de 1967, estabelecida em lei específica e incluída nos planos educacionais – consiste numa estratégia de hegemonia [...] A diferença, com relação à Reforma Universitária, é que o Estado toma a iniciativa, se antecipa às reivindicações sociais e, num contexto de expansão econômica e de forte concentração da renda, demonstra a intenção de proporcionar uma ‘igualdade de oportunidades’. Ao se preocupar, portanto, com o ensino primário e médio, expressava o seu interesse em melhorar as condições de vida das grandes massas do povo. Consiste, portanto, numa medida que, por palavras e atos, se apresenta como uma busca de equidade num momento em que se aguçavam as desigualdades sociais. Tratava-se, assim, de desmentir evidências e manter intocável o mecanismo responsável pela manutenção e ampliação de desigualdades. Enfim, tratava-se de procurar ampliar e consolidar as bases de legitimação do Estado, num contexto em que a correlação de forças era francamente favorável à dominação existente.

Nestas reformas, não obstante o proferimento de um discurso que enaltecia a educação, o Regime se deparou com a escassez de recursos, uma vez que o Estado concentrava primordialmente seus investimentos em setores associados à acumulação de capital. A desvalorização da educação pública, aliada à deterioração do padrão de qualidade e à liberalização do setor educacional privado, catalisou o deslocamento dos estudantes das classes privilegiadas economicamente para estabelecimentos de ensino privados. Tal deslocamento exacerbou as disparidades socioeconômicas e educacionais. A partir desse ponto, consolida-se a ideia de que os herdeiros da elite têm acesso a um sistema educativo de excelência, conferindo-lhes vantagens na ascensão ao Ensino Superior, ao passo que os filhos da classe trabalhadora são relegados a uma instrução pública desfavorecida e precária, obstando-lhes o acesso à universidade. Essa (i)lógica perdura no Brasil contemporâneo.

Os efeitos das políticas educacionais implementadas durante o Regime Militar reverberam até os dias atuais, representando um desafio para a consolidação da democracia no Brasil. A herança autoritária deixada pelo período ditatorial se manifesta na persistência de estruturas hierárquicas e na limitação da participação cidadã no processo educacional.

Em síntese, as políticas educacionais adotadas durante o Regime Militar tiveram profundos impactos na democracia brasileira, ao promoverem o cerceamento da liberdade de expressão, a uniformização do ensino e a repressão aos movimentos sociais. Compreender esses legados é fundamental para o enfrentamento dos desafios contemporâneos e para a construção de uma educação pautada nos valores democráticos e na promoção da humanização. Para tanto, é mister uma reflexão sobre o conservadorismo autoritário em relação à educação.

SOBRE O AUTORITARISMO, A EDUCAÇÃO E O CONSERVADORISMO

Florestan Fernandes (2019) em *Apontamentos sobre a Teoria do Autoritarismo* destacou a influência do conservadorismo na estruturação das instituições educacionais, enfatizando como as ideologias conservadoras permeiam o sistema educacional e contribuem para a manutenção de estruturas de poder autoritárias. Para Fernandes (2019), o autoritarismo não é apenas uma questão de como o governo é administrado, mas também algo que está enraizado nas estruturas sociais e políticas da sociedade.

Em outras palavras, o sociólogo argumenta que o autoritarismo é uma construção social que se apoia em diferenças de classe, raça e gênero. Observa, ainda, que as elites políticas e econômicas se beneficiam do autoritarismo, pois isso lhes permite manter o controle sobre os grupos mais vulneráveis da sociedade. Nas palavras de Fernandes (2019, p. 39):

o conceito de *autoritarismo* é um conceito logicamente ambíguo e plurívoco (Max Weber o chamaria de 'amorfo'). O que ele tem de pior é uma espécie de perversão lógica, pois está vinculado ao ataque liberal aos 'abusos de poder' do Estado e à crítica neokantiana da 'exorbitância da autoridade'.

Além disso, Fernandes (2019) investigou as relações entre autoritarismo e educação, destacando como o sistema educacional pode ser utilizado tanto para legitimar quanto para desafiar o autoritarismo. Nesse sentido, afirma que, em sociedades autoritárias, a educação muitas vezes é controlada pelas elites dominantes e utilizada para promover ideologias que sustentam seus privilégios. No entanto, Fernandes (2019) também reconhece o potencial da educação como uma dimensão de resistência e de transformação social, capaz de resgatar tanto indivíduos como grupos do estado de marginalização.

Retomando-se o argumento sobre o autoritarismo, salienta-se que Chauí (1997) possibilita o esclarecimento da época e consequências aqui pesquisados. Para a filósofa, a elite brasileira é, na sua essência, autoritária. Seu autoritarismo se manifesta predominantemente na negação e dissimulação da divisão de classes, anulando, entre outros feitos, a cultura popular.

Ao explicitar o conceito de autoritarismo Chauí, (1997) afirma que este transcende a mera manifestação política, abrangendo uma teia complexa de relações sociais, ideológicas e culturais. Ela argumenta que o autoritarismo não se limita à imposição de medidas arbitrárias por parte do Estado, mas permeia todas as esferas da vida social, incluindo as relações familiares, educacionais e laborais. Além disso, enfatiza a importância de se compreender o autoritarismo como um fenômeno enraizado em estruturas de poder e privilégio, que se perpetuam através de ideologias conservadoras e mecanismos de controle social. Para Chauí (1997, p. 49), o autoritarismo é apreendido através de sinais:

Em geral tendemos a considerar o autoritarismo através de seus signos mais visíveis: o uso da força, a repressão, a censura, a invasão. Contudo, há uma outra forma mais sutil de exercê-lo no mundo capitalista. Aqui, é a ideia de racionalidade que comanda a

legitimação da autoridade ... autoritária. Esta é intrinsecamente favorecida pelo modo de produção na medida em que o movimento interno do capital é dotado de racionalidade própria, organiza o real e lhe confere inteligibilidade.

Sob outro enfoque, ao analisar a teoria da ditadura, Neumann (1969) afirma que o fator definitivo no poder autoritário e totalitário é a confiança no terror e o uso da violência. O poder não perdurará se não houver uma identificação dos oprimidos com seus governantes. Tal identificação se dá por meio da propaganda e da repressão. O cientista político apresenta as técnicas para se atingir o controle da sociedade por parte dos ditadores: princípio da liderança; sincronização das organizações sociais; formação de uma elite graduada para dominar as massas de dentro para fora; isolamento e manipulação do indivíduo e, por último, transformação da cultura em propaganda (Neumann, 1969).

Já para Adorno (2020), a ideia central por trás do 'novo' radicalismo de direita reside na preocupação com a reincidência das catástrofes históricas. Ao refletir sobre o ressurgimento de movimentos políticos extremistas e autoritários, o frankfurtiano reconheceu a tendência humana de repetir erros do passado, ignorando as lições da história. Dessa forma, o radicalismo de direita não é apenas uma manifestação política, mas também um sintoma alarmante da incapacidade de a humanidade aprender com suas tragédias passadas. Adorno (1995a) alerta para a necessidade peremptória de elaborar o passado para não se sucumbir outra vez, já que "o gesto de tudo esquecer e perdoar, privativo de quem sofreu a injustiça, acaba advindo dos partidários daqueles que praticaram a injustiça (Adorno, 1995a, p. 28). No Brasil a anistia ampla e irrestrita às barbáries ocorridas durante o Regime Militar causa efeitos lesivos à democracia até os dias atuais.

Adorno (2020) argumenta que a recorrência desses eventos catastróficos é um reflexo da persistência de estruturas sociais e ideológicas que promovem a dominação, a exclusão e a intolerância. Portanto, em consonância com o pensamento adorniano, a preocupação com o surgimento de novos radicalismos e novas manifestações de autoritarismo reside na necessidade urgente de se confrontar e buscar-se superar as causas que possibilitam a repetição dessas catástrofes históricas, visando, assim, a construção de uma sociedade mais justa, democrática e humanitária.

Adorno (2020, p. 54), no final da década de 1960, alerta para o perigo tão antigo quanto novo dos movimentos de carizes fascista e autoritário:

Não se deve subestimar esses movimentos devido a seu baixo nível intelectual e devido a sua ausência de teoria. Creio que seria uma falta total de senso político se acreditássemos, por causa disso, que eles são malsucedidos. O que é característico desses movimentos é muito mais uma extraordinária perfeição nos meios propagandísticos, no sentido mais amplo, combinada com uma cegueira, com uma abstrusidade dos fins que aí são perseguidos. E creio que justamente essa constelação de meios racionais e fins irracionais, se eu puder expressar de forma abreviada, corresponde de certo modo à tendência geral civilizatória que resulta em uma tal

CUNHA, G. A. da; SCAREL, E. B.

perfeição das técnicas e dos meios, enquanto, na verdade, a finalidade geral da sociedade é ignorada. A propaganda é genial, sobretudo pelo fato de que, nesses partidos e movimentos, ela nivela a diferença, a diferença inquestionável entre os interesses reais e os falsos objetivos simulados.

Daí não só a relevância, mas sobretudo a pertinência de as narrativas conservadoras de ontem e de hoje necessitarem de contínua análise. É preciso apreender a finalidade subjacente ao discurso conservador buscando desvelar as ideologias submersas à legitimação do autoritarismo. A educação brasileira contemporânea, por meio de diversos projetos (por exemplo a militarização de escolas públicas), vem dando respaldo à escalada autoritária no Estado brasileiro. As contradições precisam ser localizadas, denunciadas e a resistidas para que, assim, haja transformação.

EDUCAÇÃO, RESISTÊNCIA, CONTRADIÇÃO E TRANSFORMAÇÃO

A perspectiva da Teoria Crítica frankfurtiana oferece uma abordagem profunda e interdisciplinar sobre o sentido da educação na sociedade contemporânea. Nesse contexto teórico, destacado pelos pensadores frankfurtianos, a educação é compreendida como um campo de luta, onde se desenrolam processos complexos de resistência, contradição e transformação.

Para Adorno (1995a, p. 141), a educação não é

[...] evidentemente não a assim chamada modelagem de pessoas, porque não temos o direito de modelar pessoas a partir do seu exterior; mas também não a mera transmissão de conhecimentos, cuja característica de coisa morta já foi mais do que destacada, mas a produção de uma consciência verdadeira.

De acordo com essa visão crítica, a educação não é apenas um veículo de transmissão de conhecimento, mas também um espaço onde se reproduzem e se contestam as estruturas de poder dominantes. Por meio da análise das relações sociais, políticas e culturais presentes na educação, os teóricos frankfurtianos destacam como as instituições educacionais podem tanto legitimar quanto resistir às formas de opressão e exploração existentes na sociedade. Para Adorno (1995a, p. 182), a educação deve concorrer para a emancipação do sujeito, pois “a única concretização efetiva da emancipação consiste em que aquelas poucas pessoas interessadas nesta direção orientem toda a sua energia para que a educação seja uma educação para a contradição e para a resistência”.

A resistência na educação pode assumir múltiplas formas, abrangendo desde movimentos estudantis até práticas pedagógicas alternativas que questionam as normas e valores dominantes. Essas expressões de resistência não só confrontam as estruturas de poder vigentes, mas também indicam as condições de possibilidade de se promover mudanças tanto no âmbito social quanto no político.

No entanto, não se pode deixar de observar que a educação também é um campo marcado por contradições, onde as ideias e valores dominantes entram em

conflito com perspectivas críticas e emancipatórias. Esse conflito de ideias revela as tensões presentes na sociedade e abre espaço para a reflexão e o debate sobre os rumos da educação e da sociedade como um todo.

Na esteira dos ensinamentos de Adorno (1995a) e da abordagem crítica frankfurtiana, a educação emerge como um campo ímpar de resistência às forças opressivas que permeiam a sociedade. Sob o jugo da barbárie, tanto em contextos históricos de regimes autoritários quanto nas manifestações contemporâneas de opressão, a educação se posiciona como um bastião da emancipação intelectual e moral. Ao promover uma reflexão crítica sobre a realidade social, política e cultural, a educação capacita os indivíduos a reconhecerem as contradições latentes na estrutura social, desafiando assim as injustiças e desigualdades que perpetuam a barbárie. Nesse sentido, a resistência se manifesta não apenas como um ato de confronto direto, mas também como um processo de conscientização e transformação individual e coletiva.

Afinal, não somente é preciso, mas, acima de tudo, urgente, combater quaisquer mecanismos de promoção de processos de barbarização, que, segundo Adorno (1995a, p. 154), é

[...] algo muito simples, ou seja, que, estando na civilização dó mais alto desenvolvimento tecnológico, as pessoas" se encontrem atrasadas de um modo peculiarmente disforme em relação a sua própria civilização – e não apenas por não terem em sua arrasadora maioria experimentado a formação nos termos correspondentes ao conceito de civilização, mas também por se encontrarem tomadas por uma agressividade primitiva, um ódio primitivo ou, na terminologia culta, um impulso de destruição, que contribui para aumentar ainda mais o perigo de que toda esta civilização venha a explodir, aliás uma tendência imanente que a caracteriza. Considero tão urgente impedir isto que eu reordenaria todos os outros objetivos educacionais por esta prioridade.

A contradição se revela como uma peça fundamental no quebra-cabeça da emancipação humana. Ao confrontar as normas e valores impostos pela sociedade, os indivíduos se deparam com a dissonância entre a realidade presente e os ideais de justiça, igualdade e liberdade. Essa contradição não apenas desperta um senso de inconformismo, mas também impulsiona à busca por alternativas e soluções que transcendam as limitações impostas pela barbárie. Entende-se que a educação se apresenta como um espaço privilegiado para o enfrentamento dessas contradições, promovendo um diálogo crítico entre diferentes perspectivas e estimulando a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Em última análise, é por meio da resistência ativa e da transformação constante que se pode vislumbrar um horizonte de esperança em meio às sombras do eclipse da razão, conforme Horkheimer (2000), rumo a um futuro de verdadeira emancipação e humanização.

Por fim, ao compreenderem a educação como um campo de resistência, contradição e transformação, os teóricos frankfurtianos ensejam a necessidade de se repensar as práticas educacionais e a buscar novas formas de se construir um mundo mais humano e emancipado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta análise crítico-reflexiva sobre os 60 anos do Golpe Militar no Brasil, sob a ótica da Teoria Crítica frankfurtiana, buscou-se detectar as interseções entre educação, democracia e conservadorismo. No contexto das políticas educacionais durante o Regime Militar, pôde-se perceber os profundos impactos que tiveram na estrutura democrática do país. O autoritarismo, intrinsecamente ligado à educação, serviu como instrumento de perpetuação do conservadorismo, restringindo a pluralidade de ideias e contribuindo para a manutenção do *status quo*.

É evidente que as visões tradicionais e institucionais moldaram não apenas as políticas educacionais, mas também as narrativas conservadoras que permearam aquele período sombrio da história brasileira. No entanto, também foram identificados resquícios de resistência e contradição, em que indivíduos e grupos desafiaram as imposições autoritárias, buscando promover a transformação social e política.

Diante disso, torna-se imperativo refletir, por ocasião dos 60 anos do Golpe Militar, sobre os legados soturnos daquele período, reconhecendo suas contradições latentes na sociedade brasileira contemporânea. A educação, como uma dimensão do processo formativo de resistência e transformação, continua a desempenhar um sentido crucial na luta pela democracia e na desconstrução do conservadorismo arraigado na sociedade brasileira.

Portanto, conclui-se que a análise crítica desses aspectos históricos não apenas permite que se compreenda o passado, mas também inclina os pesquisadores ao exercício da autorreflexão crítica como condição de possibilidade do estabelecimento do embate a quaisquer formas de extremismos.

Artigo recebido em: 31/03/2024

Aprovado para publicação em: 24/07/2024

EDUCATION, DEMOCRACY AND CONSERVATISM: AN ANALYSIS CRITICAL REFLECTION ON THE 60TH ANNIVERSARY OF THE MILITARY COUP IN BRAZIL, FROM THE PERSPECTIVE OF FRANKFURTIAN CRITICAL THEORY

ABSTRACT: This bibliographical article carries out a critical-reflexive analysis of the 60th anniversary of the Military Coup in Brazil, seeking to examine the intersections between education, democracy and authoritarianism, through the dialectical method of Frankfurtian Critical Theory, which casts a critical eye on social and political structures, as well as around conservatism. In this sense, it aims to highlight traditional and institutional views, seeking to understand how educational policies were impacted by the conservative narratives of the authoritarian Regime, highlighting latent contradictions in Brazilian society.

KEYWORDS: Education; Democracy; Conservatism; Frankfurtian Critical Theory.

EDUCACIÓN, DEMOCRACIA Y CONSERVADURISMO: UN ANÁLISIS CRÍTICO-REFLEXIVO DE LOS 60 AÑOS DEL GOLPE MILITAR EN BRASIL, DESDE LA PERSPECTIVA DE LA TEORÍA CRÍTICA FRANKFURTIANA

RESUMEN: Este artículo bibliográfico realiza un análisis crítico-reflexivo del 60º aniversario del Golpe Militar en Brasil, buscando examinar las intersecciones entre educación, democracia y autoritarismo, a través del método dialéctico de la Teoría Crítica Frankfurtiana, que arroja una mirada crítica sobre las estructuras sociales y políticas, así como en torno al conservadurismo. En este sentido, se pretende resaltar las visiones tradicionales e institucionales, buscando comprender cómo las políticas educativas fueron impactadas por las narrativas conservadoras del régimen autoritario, destacando las contradicciones latentes en la sociedad brasileña.

PALABRAS CLAVE: Educación; Democracia; Conservadurismo; Teoría Crítica Frankfurtiana.

NOTAS

1 - Assume-se nesta reflexão o conceito de ditadura de Neumann (1969, p. 17): “Compreendemos com ditadura o Governo de uma pessoa ou de um grupo de pessoas que se arrogam o poder e o monopolizam, exercendo-o sem restrições”.

2 - O sentido de ideologia neste texto é o mesmo concebido por Adorno *et al.* (2019, p. 73), que consiste em “[...] uma organização de opiniões, atitudes e valores – um modo de pensar sobre o homem e a sociedade [...] As ideologias têm uma existência independente de qualquer indivíduo singular; e aquelas que existem em uma época particular são resultados tanto de processos históricos quanto de eventos sociais contemporâneos”.

3 - O sentido de dominação neste texto é o mesmo concebido por Weber (2012/, p. 33): “dominação é a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicáveis [...] A situação de dominação está ligada à presença efetiva de *alguém* mandando eficazmente em *outros*, mas não necessariamente à existência de um quadro administrativo nem à de uma associação; porém certamente – pelo menos em todos os casos normais – à existência de *um* dos dois. Temos uma *associação de dominação* na medida em que seus membros, como tais, estejam submetidos a relações de dominação, em virtude da ordem vigente.

4 - Em uma nota à edição inglesa do “Manifesto do Partido Comunista” de 1888, no capítulo denominado “Burgueses e Proletários” Engels (2011, p. 45) assim define a burguesia: “Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, que são proprietários dos meios de produção social e empregam trabalho assalariado”. Esclarece-se que este é o sentido de burguesia que se adota no presente texto.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Trad.: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995a.

CUNHA, G. A. da; SCAREL, E. B.

ADORNO, T. W. *et al.* **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

ADORNO, T. W. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. Trad. Felipe Catalani. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 30 mar. 2024.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 1997.

CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

FERNANDES, F. **Apontamentos sobre a "Teoria do Autoritarismo"**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil 1964-1985**. 3 ed. São Paulo: Cortez E, 2000.

HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão**. Trad. Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: NEUMANN, F. **Estado democrático e Estado autoritário**. Trad. Luiz Corção. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

SAVIANI, D. O legado educacional do regime militar.

Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Kj7QjG4BcwRBsLvF4Yh9mHw/#> Acesso em: 14 mar. 2024.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. rev. téc. de Gabriel Cohn. 4. ed. Brasília: UnB, v. 1, 2012.

GESSIONE ALVES DA CUNHA: cursou Humanidades Clássicas em Salamanca, Espanha (2002-2004). Possui graduação em Bacharelado em Filosofia - UNIVERSITÀ EUROPEA DI ROMA (2008), Bacharelado em Teologia - Ateneo Pontificio Regina Apostolorum, Roma (2012). Pós-Graduado em Educação e família pela Universidad de los Andes, Chile (2015-2017). Bacharel em teologia pela Faculdade de Teologia da Arquidiocese de Brasília (2018). Pós-Graduado em docência universitária pela Faculdade Católica de Anápolis (2018). Licenciado em Filosofia pela Faculdade Católica de Anápolis (2021). Licenciado em Pedagogia pelo Centro Universitário Ítalo Brasileiro (2021). Mestre em educação pela PUC Goiás (2019-2021). Acadêmico

de Ciências Sociais (IFG-Anápolis) e Letras Português. Doutorando em educação pela PUC-Goiás.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2000-5418>

E-mail: g-dacunha@hotmail.com

ESTELAMARIS BRANT SCAREL: Graduada em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso (1980), mestra em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2003) e doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás (2016). Pós-doutora na área de Educação pela Universidade Federal de Goiás. Professora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás no Programa de Pós-Graduação em Educação, e, também, no curso de Pedagogia da Escola de Formação de Professores e Humanidades da PUC Goiás. Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Sociedade. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Violência, Infância, Diversidade e Arte - NEVIDA/FE/UFG.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1745-1882>

E-mail: estelamaris.brant@gmail.com

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 4.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).